



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 99, DE 2016

(nº 582/2016, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LUIZ FELIPE MENDONÇA FILHO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado da Cidade do Vaticano e, cumulativamente, na Ordem Soberana e Militar de Malta.

AUTORIA: Presidente da República

DOCUMENTOS:

[- Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 582

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor LUIZ FELIPE MENDONÇA FILHO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado da Cidade do Vaticano e, cumulativamente, na Ordem Soberana e Militar de Malta.

Os méritos do Senhor Luiz Felipe Mendonça Filho que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 20 de outubro de 2016.

Brasília, 11 de Outubro de 2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **LUIZ FELIPE MENDONÇA FILHO**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado da Cidade do Vaticano e, cumulativamente, na Ordem Soberana e Militar de Malta.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **LUIZ FELIPE MENDONÇA FILHO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: José Serra

Aviso nº 668 - C. Civil.

Em 20 de outubro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor LUIZ FELIPE MENDONÇA FILHO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado da Cidade do Vaticano e, cumulativamente, na Ordem Soberana e Militar de Malta.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL LUIZ FELIPE MENDONÇA FILHO

CPF.: 274.682.757-34

ID.: 5313 MRE

1949 Filho de Luiz Felipe Julien Mendonça e Carmen Lima Mendonça, nasce em 31 janeiro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1971 Ciências Jurídicas pela Universidade do Estado da Guanabara
1972 CPCD - IRBr
1999 CAE - IRBr, A Intervenção Norte-americana no Panamá em dezembro de 1989 - a Operação Justa Causa

Cargos:

1974 Terceiro-Secretário
1977 Segundo-Secretário, por merecimento
1981 Primeiro-Secretário, por merecimento
1988 Conselheiro, por merecimento
2001 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2009 Ministro de Primeira Classe
2011 Ministro de Primeira Classe, Quadro Especial

Funções:

1974-77 Divisão da Europa-I, Assistente
1977-79 Embaixada em Viena, Terceiro e Segundo-Secretário
1979-83 Embaixada em Buenos Aires, Segundo e Primeiro-Secretário
1983-84 Divisão da América Central e Setentrional, Assistente
1984-91 Divisão da América Meridional-I, Assistente
1991-94 Delegação junto à OEA, Washington, Conselheiro
1994-98 Embaixada em Santiago, Conselheiro
1998-2003 Secretaria-Geral Ibero-Americana, Chefe de Gabinete
2003-04 Instituto Rio-Branco, Vice-Diretor e Coordenador de Ensino
2004-08 Consulado-Geral em Miami, Cônsul-Geral Adjunto
2008-12 Embaixada em São Salvador, Embaixador
2012 Embaixada em Manágua, Embaixador

Condecorações:

1976 Ordem do Infante, Cavaleiro, Portugal
1980 Ordem do Mérito, Cavaleiro, Áustria
1999 Ordem ao Mérito, Comendador, Chile
2010 Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz

PAULA ALVES DE SOUZA

Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

VATICANO



INFORMAÇÃO OSTENSIVA Julho de 2016

DADOS BÁSICOS SOBRE O VATICANO	
NOME OFICIAL:	Estado da Cidade do Vaticano
GENTÍLICO:	vaticano
CAPITAL:	Cidade do Vaticano

ÁREA:	0,44 km ²
POPULAÇÃO:	1000 habitantes (est. 2015)
IDIOMAS OFICIAIS:	Italiano (o latim é a língua oficial da Santa Sé)
PRINCIPAL RELIGIÃO:	Católica apostólica romana
SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia eletiva teocrática
CHEFE DE ESTADO:	Papa Francisco (Jorge Mario Bergoglio)
SECRETÁRIO DE ESTADO:	Monsenhor Pietro Parolin
SECRETÁRIO PARA AS RELAÇÕES COM OS ESTADOS:	Paul Gallagher
UNIDADE MONETÁRIA	euro
NÚNCIO APOSTÓLICO NO BRASIL	Dom Giovanni d'Aniello
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	Nove padres

PERFIS BIOGRÁFICOS

Papa Francisco
Cardeal Jorge Mario Bergoglio



O papa Francisco (em latim: Franciscus) nasceu em Buenos Aires em 17 de dezembro de 1936 e é o 266º pontífice.

Primeiro jesuíta e primeiro sul-americano a ser eleito papa, foi nomeado Arcebispo Metropolitano de Buenos Aires em 28 de fevereiro de 1998 e Cardeal-presbítero em 21 de fevereiro de 2001. Filho de migrantes italianos, formou-se em Química. Ingressou na Companhia de Jesus em 1958. Lecionou literatura e graduou-se em Teologia em 1969.

Foi nomeado cardeal no Consistório Ordinário Público de 21 de fevereiro de 2001, presidido pelo papa João Paulo II. Integrou diversos dicastérios (departamentos da Cúria Romana) tais como a Congregação para o Clero e as Pontifícias Comissões para a Família e para a América Latina.

Eleito papa em 13 de março de 2013, foi entronizado em 19 de março.

**Secretário de Estado
Cardeal Pietro Parolin**



Pietro Parolin nasceu em 17 de janeiro de 1955 em Schiavon, na Itália. Diplomata formado pela Pontifícia Academia Eclesiástica, iniciou seu serviço diplomático em 1986, na Nigéria. Entre 1989 e 1992, atuou no México. Entre 1992 e 2009, trabalhou na Secretaria para Relações com os Estados, até que Bento XVI o nomeou Núncio Apostólico na Venezuela.

Em 2002, foi nomeado Subsecretário para as Relações com os Estados, o que corresponde ao encargo de Vice-Chanceler. No período em que esteve na Secretaria de Estado, colaborou com dois Papas, três secretários de Estado e três Secretários para as Relações com os Estados. Especialista em Oriente Médio, atuou na Comissão bilateral Santa Sé-Israel.

Em 15 de outubro de 2013, foi nomeado Secretário de Estado pelo papa Francisco.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil e a Igreja Católica mantêm relações diplomáticas desde 23 de janeiro de 1826, quando o papa Leão XII recebeu as cartas credenciais de monsenhor Francisco Corrêa Vidigal, que havia sido enviado a Roma por Pedro I para efetuar gestões em favor do reconhecimento da independência proclamada em 1822.

A Constituição de 1824 estabelecia o catolicismo como religião oficial do Império. Ao imperador, por exemplo, era facultado o direito ao padroado (prerrogativa de preencher os cargos eclesiásticos mais importantes) e ao beneplácito (aprovação das ordens e bulas papais para que fossem cumpridas, ou não, em território nacional). Os sacerdotes tinham o *status* de funcionários públicos, recebendo salários da Coroa.

Desde a Constituição republicana de 1891, vigora no Brasil o princípio da liberdade religiosa e a separação entre a Igreja e o Estado. Tais princípios já estavam consignados no Decreto do Governo Provisório da República, de 1890, e, em 1893, reconheceu-se a personalidade jurídica das igrejas e seu direito à propriedade.

Em 1902, a representação diplomática da Santa Sé no Brasil foi elevada à categoria de Nunciatura. A representação brasileira na Santa Sé foi elevada à categoria de Embaixada em 1919.

Os católicos correspondem a cerca de 65% da população brasileira, o que faz com que o Brasil seja considerado pela Santa Sé o maior país católico do mundo, onde atua o mais numeroso episcopado da Igreja. A atividade da Igreja Católica no Brasil é orientada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), hoje presidida pelo monsenhor Sergio da Rocha, arcebispo de Brasília.

O mais alto representante brasileiro na Cúria Romana atualmente é o cardeal João Braz de Aviz, que chefia a Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica.

A pauta bilateral entre Brasil e Santa Sé registra boa dose de convergência com relação a uma série de questões debatidas no plano multilateral. As posições se aproximam em matéria de paz e segurança internacional, desarmamento e não proliferação, direitos humanos, refugiados, globalização, combate à fome e à pobreza, negociações comerciais voltadas para o desenvolvimento, meio ambiente e condenação ao terrorismo.

Em 2011, o Papa Bento XVI formalizou a escolha do Rio de Janeiro como sede da XXX Jornada Mundial da Juventude, realizada em julho de 2013. Com sua renúncia e a eleição do cardeal Jorge Bergoglio, porém, a XXX Jornada acabou por se tornar a primeira viagem internacional oficial do novo pontífice. Na ocasião, o Papa Francisco apresentou um conjunto de gestos e palavras que pode ser considerado programático. Advogou a proteção dos mais pobres, defendeu o combate à desigualdade, salientou a importância da família e, sobretudo, afirmou claramente a necessidade de que a Igreja “saia de si e anuncie o evangelho”. Além das atividades especificamente relacionadas à Jornada, mereceram atenção da mídia internacional a visita do Papa ao hospital São Francisco e à favela da Varginha, a viagem a Aparecida-SP e os encontros com bispos brasileiros e latino-americanos.

O Brasil possui hoje três santos – Santa Paulina do Coração Agonizante de Jesus, Santo Antonio de Sant’Ana Galvão e São José de Anchieta – e 81 beatos. São dez os cardeais brasileiros vivos, sendo que quatro deles são eleitores em eventual conclave por terem menos de 80 anos de idade.

As recentes canonizações de Frei Galvão e Padre Anchieta sinalizam a intenção da Santa Sé de diminuir o descompasso entre o numeroso colégio episcopal brasileiro – sem falar na imensa população católica – e a escassez de santos e beatos. No presente momento, há claras indicações do bom encaminhamento do processo de beatificação de dom Helder Câmara. Importa salientar que, no contexto da revalorização das ideias sociais do Concílio Vaticano II promovido pelo papa Francisco, a figura de dom Helder, participante daquele evento, vem recebendo maior atenção. Cabe ainda menção ao caso do Padre

Cícero, recentemente reabilitado por meio de carta enviada pelo cardeal Pietro Parolin à diocese do Crato, em que a biografia e as ações do religioso brasileiro são consideradas consoantes com o modelo de Igreja propugnado por papa Francisco.

Acordo-Quadro Bilateral

O principal tema nas relações bilaterais nos últimos anos tem sido o Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé Relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil.

Proposto pela Santa Sé em 2006, o acordo reafirma a adesão ao princípio internacionalmente reconhecido da liberdade religiosa, dispõe sobre os fundamentos da relação bilateral, sobre a personalidade jurídica da Santa Sé e das instituições eclesiais que regularmente atuam nas esferas religiosas e de assistência e solidariedade social. Além disso, prevê cooperação para a salvaguarda do patrimônio histórico, artístico e cultural da Igreja Católica que constitua parte relevante do patrimônio cultural brasileiro, assim como dos lugares de culto. Dispõe também sobre as instituições de ensino mantidas pela Igreja Católica, sobre tributos, vínculos trabalhistas, vistos e outros temas relevantes.

Assinado em 2008, tendo sido ratificado e promulgado, o acordo encontra-se em vigor enquanto aguarda manifestação do Supremo Tribunal Federal sobre ação direta de inconstitucionalidade impetrada em 2010 pela Procuradoria-Geral da República. O elemento que motivou a ação direta de inconstitucionalidade diz respeito à educação religiosa em escolas públicas, que estaria em contradição com o princípio do laicismo do estado. Tal questão foi objeto de cuidadosa atenção tanto da Consultoria Jurídica do Ministério das Relações Exteriores como da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, ambos convergentes quanto à sua constitucionalidade.

Visitas de autoridades

O Papa João Paulo II esteve no Brasil em três oportunidades: 1980, 1991 e 1997. Na primeira delas, permaneceu doze dias em território brasileiro; em 1991, dez dias; em 1997, visitou o Brasil no contexto da II Encontro Mundial com as Famílias, realizado no Rio de Janeiro.

O presidente Fernando Henrique Cardoso visitou o Vaticano três vezes, em 1997, 1999 e 2002.

O presidente Luís Inácio Lula da Silva compareceu às exéquias do papa João Paulo II, em abril de 2005, acompanhado dos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso, José Sarney e Itamar Franco. Em 2008, o presidente Lula foi

recebido em audiência pelo Papa Bento XVI e manteve reunião com o secretário de estado, cardeal Tarcisio Bertone.

Em sua visita ao Brasil em 2007, o Papa Bento XVI presidiu a solenidade de canonização do beato Frei Galvão, primeiro santo nascido no Brasil.

Por ocasião da missa inaugural do pontificado de Francisco, em março de 2013, a presidente Dilma Rousseff realizou visita oficial ao Vaticano, tendo sido recebida pelo papa em audiência oficial no dia 20 de março. A presidente Dilma voltou a visitar a Santa Sé em fevereiro de 2014, durante o Consistório em que foi criado cardeal o arcebispo do Rio de Janeiro, dom Orani Tempesta.

Assuntos consulares

A comunidade brasileira no Vaticano consiste em nove nacionais, segundo estimativas constantes do Relatório Consular Anual (RCN) 2014. Todos são padres brasileiros.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais a tomador soberano em benefício da Santa Sé.

POLÍTICA INTERNA

Estrutura e funcionamento da Santa Sé

Como mencionado, a Santa Sé é constituída pelo Papa e pelas instituições da Cúria Romana, à qual o clero é subordinado. Seu organograma foi estabelecido pela Constituição Apostólica Pastor Bonus, promulgada em junho de 1988, configurando-se como se segue:

a) O Papa, que exerce tríplice função: bispo de Roma, pastor da Igreja universal e chefe do Estado da Cidade do Vaticano. Para cada uma dessas funções, apoia-se em uma organização específica.

Como sucessor de São Pedro à frente da Igreja, o Papa herdou a titularidade de Roma e a missão de garantir a unidade da Igreja e da fé. Como bispo, participa do Colégio Episcopal; como bispo de Roma, preside-o. O Papa confia a direção da diocese de Roma a um cardeal-vigário, cuja sede é a basílica de São João de Latrão, catedral de Roma. O Papa exerce, com o conjunto dos bispos, a chefia da Igreja Católica. Para o exercício dessa responsabilidade, o Papa e o

Colégio Episcopal valem-se de um conjunto de organismos sediados em Roma sob sua autoridade: a Cúria Romana, secretariados e tribunais, entre outras instituições.

Na qualidade de chefe do Estado da Cidade do Vaticano, o Papa exerce a totalidade dos poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Governa a Igreja e sua base territorial como monarca absoluto, eleito para mandato vitalício. É assistido pelo secretário de estado, atualmente o cardeal Pietro Parolin, que atua como Primeiro-Ministro ou Chefe de Governo.

b) O Colégio Cardinalício, ou Sacro Colégio, é composto pelos cardeais, que são os principais colaboradores e assistentes do Papa. O título de cardeal lhes confere participação no governo da Igreja em Roma. A nomeação dos cardeais é da competência direta do pontífice, que formaliza sua escolha no contexto de um Consistório. A outorga do título é feita em missa solene. Não há limitação de número ou idade para participação dos cardeais no Colégio Cardinalício.

Desde a metade do século XI, cabe aos cardeais, reunidos em conclave, eleger um novo Papa. A escolha recai habitual, mas não necessariamente, sobre um dos integrantes do Sacro Colégio. Desde o pontificado de Paulo VI, o número de eleitores em um conclave é limitado a 120 cardeais com menos de 80 anos. As regras de eleição são ditadas pela Constituição Apostólica *Universi Dominici Gregis*, de João Paulo II (1996), modificadas por dois documentos “*motu proprio*” do Papa Bento XVI — um, datado de 11 de junho de 2007, que reestabeleceu a necessidade de maioria qualificada de dois terços dos votos dos cardeais presentes para a escolha do pontífice em todos os escrutínios, e outro, de 22 de fevereiro de 2013, que, entre outras disposições, permite o início do conclave após quinze dias da vacância do cargo.

Durante a “*sede vacante*”, declarada quando da morte do Papa, ou, como ocorreu recentemente, com sua renúncia, até a eleição do seu sucessor, o Colégio Cardinalício exerce algumas funções no governo geral da Igreja e do Estado do Vaticano. O “*Camerlengo*” é o responsável pela administração dos bens e direitos temporais da Santa Sé entre o fim de um pontificado e o início do seguinte.

O Colégio Cardinalício é formado atualmente por 213 cardeais, dos quais 113 são eleitores. Mais de um quinto (25) provém da Itália, vinte da América Latina, sendo quatro do Brasil. A distribuição de cardeais eleitores por continente é o seguinte: Europa: 54; América do Norte: 12; América do Sul: 11; América Central e Caribe: 6; África: 14; Ásia: 13; e Oceania: 3. Nos dois consistórios de seu pontificado (2014 e 2015), o Papa Francisco criou 31 novos purpurados eleitores, dos quais somente onze são europeus, deixando clara sua intenção de lograr uma distribuição geográfica mais equilibrada.

c) O Sínodo dos Bispos foi criado pelo Papa Paulo VI, em 1965, como instituição democratizadora do poder na Igreja, no âmbito das inovações trazidas pelo Concílio Vaticano II. Trata-se de foro de reflexão e de debate colegiado, do qual participam bispos e arcebispos dos países selecionados pelo Papa em função dos temas discutidos. Relativamente pouco acionado por João Paulo II, recebeu grande impulso no pontificado de Bento XVI, que convocou cinco sínodos, sobre temas eucaristia (2005), evangelização (2008), África (2009), Oriente Médio (2010) e “Nova evangelização para transmissão da fé cristã” (2012). O Papa Francisco realizou até o momento dois sínodos: “Os desafios pastorais sobre a família no contexto da evangelização” (2014), e “A vocação e a missão da família na Igreja e no mundo contemporâneo” (2015), ambos sobre o tema da família, uma das prioridades de seu pontificado.

d) A Cúria Romana, que é a cúpula da Santa Sé, compreende os seguintes órgãos: a Secretaria de Estado e seus dicastérios (órgãos assemelhados aos ministérios), o Sínodo dos Bispos, os Tribunais, as Comissões Pontifícias, a Guarda Suíça, o Escritório de Trabalho da Sé Apostólica, as Academias Pontifícias e as instituições ligadas à Santa Sé, como a Tipografia Vaticana e o Pontifício Instituto de Música Sacra.

e) A Secretaria de Estado é o órgão mais elevado na hierarquia da Cúria Romana e que mais de perto colabora com o Papa no exercício de sua missão. Cabe-lhe assegurar o bom andamento e a coordenação quotidiana das atividades dos órgãos da Santa Sé. Sua origem remonta ao século XV, quando Inocêncio VIII instituiu a “Secretaria Apostólica”. O Secretário de Estado é o primeiro colaborador do Papa, máximo expoente da atividade política e diplomática da Santa Sé.

A Secretaria de Estado divide-se na Primeira Seção e na Segunda Seção, que se encarregam dos assuntos gerais do Estado e do Pontífice e das relações exteriores da Santa Sé, respectivamente:

- A Primeira Seção é confiada a um arcebispo denominado “substituto para os assuntos gerais” (“sostituto”), equivalente ao cargo de Vice-Primeiro-Ministro. Ocupa-se da organização das atividades do Papa; da comunicação e das relações entre diferentes órgãos da Cúria Romana; da tradução oficial dos documentos pontifícios; da publicação da “Acta Apostolicae Sedis”, boletim oficial dos atos e documentos públicos da Sé Apostólica; da supervisão do Escritório Central de Estatística da Igreja; da redação das cartas apostólicas, do Protocolo e das questões jurídicas e de pessoal, inclusive aquelas relativas ao serviço exterior. Estão apensos à Primeira Seção, porém com autonomia administrativa, a Sala de Imprensa da Santa Sé, o “Osservatore Romano”, a Rádio Vaticana e o Centro Televisivo Vaticano.

- A Segunda Seção, também dirigida por um arcebispo, o Secretário para as Relações com os Estados, coadjuvado por um Subsecretário para as Relações com os Estados, ocupa-se do relacionamento com os demais sujeitos de Direito Internacional. Cabe-lhe supervisionar a representação diplomática da Santa Sé e a negociação de tratados e acordos internacionais. A Segunda Seção pode opinar, devidamente instruída pelo Pontífice e ouvidas as unidades competentes da Cúria, sobre nomeações dos titulares para as dioceses, assim como sobre a instituição ou modificação daquelas. Em colaboração com a Congregação para os Bispos, participa do processo de nomeação episcopal nos países que mantêm acordos sobre a matéria com a Santa Sé.

f) Os Núncios apostólicos, representantes diplomáticos da Santa Sé, são arcebispos com precedência de Embaixador e têm uma dupla dimensão: a diplomática e a intraeclesial, pois são também acreditados perante a Igreja do país onde servem. Uma das principais atribuições dos Núncios na esfera eclesiástica é a organização de listas para a nomeação dos bispos nos países onde estão acreditados. A Santa Sé é representada por “observadores permanentes”, “observadores” ou “enviados especiais” nos organismos internacionais perante os quais é acreditada;

g) Os dicastérios são unidades assemelhadas aos ministérios. Dividem-se em congregações e conselhos pontifícios. Os primeiros, chefiados por prefeitos, encarregam-se de temas vinculados à religião; os últimos, chefiados por presidentes, tratam de questões afetas às relações da Igreja Católica com os fiéis. Algumas congregações remontam ao século XVI, como a do Santo Ofício, criada por Paulo III, em 1542, hoje denominada Congregação para a Doutrina da Fé, e a Congregação para as Causas dos Santos, criada por Sisto V, em 1588. Os titulares dos dicastérios provêm de inúmeros países, em processo de internacionalização iniciado por Pio XII e aprofundado por Paulo VI.

Características do atual pontificado

Após a renúncia do Papa Bento XVI, em fevereiro de 2013, teve início o conclave que elegeu, no dia 13 de março, o cardeal argentino Jorge Mario Bergoglio. O 266º Papa da história da Igreja adotou o nome de Francisco.

Cerca de um mês depois de eleito, Francisco anunciou a criação de grupo de oito cardeais e um monsenhor para auxiliá-lo no exame de reformas no governo da Igreja. O grupo, representativo dos cinco continentes, é integrado pelos arcebispos de Santiago do Chile, Francisco Errazuriz; de Tegucigalpa, Oscar Rodríguez Maradiaga; de Boston, Sean O'Malley; de Kinshasa, Laurent Pasinya; de Mumbai, Oswald Gracias; de Munique, Reinhard Marx; de Sydney, George

Pell; pelo cardeal italiano Giuseppe Bertello, presidente do Governorado do Vaticano; e pelo monsenhor Marcello Semeraro, membro do conselho de administração do “Avvenire”, jornal da Conferência Episcopal Italiana.

O pontificado de Francisco tem-se notabilizado pela valorização da misericórdia, pela defesa de uma “Igreja pobre” e pela abertura desta às necessidades concretas dos fiéis, em um processo denominado pelo próprio santo padre de “conversão pastoral”.

As principais diretrizes de seu ministério estão presentes na exortação apostólica “Evangelii Gaudium”, escrita após o Sínodo dos Bispos sobre “A nova evangelização para a transformação da fé cristã”, e publicada em novembro de 2013. Do referido documento, constam temas como a “transformação missionária da Igreja”, a “dimensão social da evangelização”, a valorização da família, a promoção da paz e da justiça social, o respeito pela criação, o ecumenismo, o diálogo inter-religioso e o papel do pregador na sociedade contemporânea, que conferem ao texto o caráter de um “road map” do atual pontificado. Ao mesmo tempo, é possível identificar nos três anos de papado bergogliano o claro propósito de concluir o Concílio Vaticano II, buscando a implementação efetiva de pontos que, devido a circunstâncias históricas, restaram pendentes durante os pontificados de seus antecessores.

Requisito fundamental para a transformação da Igreja Católica em uma “igreja de saída”, ou em uma “igreja na estrada”, é a reforma da Cúria Romana, iniciada por Bento XVI e acelerada por Francisco, tanto do ponto de vista de sua estrutura e funcionamento, como de seu modo de conceber a atuação da Igreja. Desse modo, com o auxílio do citado Conselho de Cardeais, o papa tenciona racionalizar a administração da Igreja, de modo a convertê-la em uma organização de pastores voltada para a promoção do bem-comum e a solução de problemas concretos das populações mais fragilizadas.

POLÍTICA EXTERNA

Na qualidade de agente diplomático, a Santa Sé dispõe, como os demais Estados, de direito de delegação ativo e passivo, do exercício de *ius contrahendi* para a negociação de acordos e tratados e de capacidade de mediação de conflitos internacionais. Mantém relações diplomáticas com 180 países, dos quais 86 estão representados por Embaixadores residentes em Roma. Acreditadas também junto à Santa Sé estão a União Europeia, a Ordem de Malta e o estado da Palestina. A Santa Sé tem status de observadora permanente nas Nações Unidas, com direito a

voz. É membro pleno ou observador de agências especializadas das Nações Unidas e de outros organismos internacionais.

Temas globais

A atual política externa da Santa Sé reflete a visão de um mundo multifacetado e interconectado, que demanda estratégias complexas para a promoção da paz, a difusão do evangelho e a defesa da liberdade religiosa, objetivos primordiais da Igreja. Nesse contexto, a política externa vaticana orienta-se pelo princípio de “construir pontes” em um mundo que estaria vivendo uma “guerra mundial aos pedaços”. Para tanto, o ecumenismo, o diálogo inter-religioso e a atenção aos países em desenvolvimento, assim como às periferias dos países desenvolvidos, têm sido preponderantes na elaboração da agenda de viagens apostólicas e nos contatos com líderes políticos e religiosos, resultando na visita à Jordânia e à Palestina; no encontro entre o Papa e o patriarca de Moscou; no esforço para não isolar a Rússia; na mediação do reatamento de relações entre Cuba e Estados Unidos; nas visitas à Bósnia e Herzegovina, Armênia e, em futuro próximo, Geórgia e Azerbaijão; nas viagens à América Latina; nas alocações ao Congresso dos EUA, em que advogou a proteção dos imigrantes, e à Assembleia Geral da ONU, em que defendeu a reforma do Conselho de Segurança e dos organismos executivos e financeiros com vistas a “evitar abusos e a usura” contra os países em desenvolvimento; na visita à mesquita de Bangui e à sinagoga de Roma, no encontro com o Imã da universidade egípcia de Al-Azhar e na aceitação do convite para participar, em Estocolmo, da comemoração dos 500 anos da Reforma Protestante; na condenação do tráfico de pessoas e do tráfico de armas.

Em sua mais recente mensagem ao corpo diplomático junto à Santa Sé, em janeiro de 2016, o Pontífice afirmou que o fio condutor de todas as viagens apostólicas que realizou em 2015 foi a misericórdia. Ao elencar os desafios e as áreas de tensão no panorama internacional, expressou sua preocupação a respeito dos acontecimentos no Golfo Pérsico, com a tensão existente na fronteira entre o México e os EUA, com os recentes experimentos militares na Coreia do Norte e com a propagação do extremismo e do fundamentalismo.

O ecumenismo e o diálogo inter-religioso constituem dois dos pilares do presente pontificado, como atestam o aprofundamento das relações entre o Vaticano e o patriarcado de Constantinopla e o histórico encontro do Papa Francisco com o patriarca de Moscou, em fevereiro último, que se norteou pelo antigo desejo de reconciliação entre as duas Igrejas e pelo propósito de união dos cristãos com vistas ao enfrentamento da agressividade islâmica no Oriente Médio e no Norte da África.

Estreitamente vinculada à perseguição das comunidades cristãs no Oriente Próximo, a crise migratória que afeta a Europa tem merecido a máxima atenção do atual pontificado, crítico sobretudo da resistência da maioria dos países europeus em acolher os imigrantes em seus territórios. Para o Papa, os ideais que inspiraram a Europa teriam perdido sua força atrativa em favor do tecnicismo burocrático de suas instituições, como já havia afirmado em discurso ao Parlamento Europeu, em 2014. A Santa Sé tem apontado a falta de visão e estratégia da Europa e considera que os migrantes e refugiados não constituem problema, mas sim a solução para países que há décadas apresentam taxas negativas de crescimento populacional. Na busca de soluções para o problema, o Papa Francisco propõe o estabelecimento de projetos de médio e longo prazos que ultrapassem as respostas emergenciais, com vistas a viabilizar a integração dos imigrantes nos países de acolhimento, ao mesmo tempo em que sublinha a necessidade de favorecer os países de origem com políticas solidárias, sem, contudo, “condicionar as ajudas a estratégias e práticas ideologicamente alheias ou contrárias às culturas dos povos a que se destinam”.

Com respeito ao meio ambiente, a encíclica “*Laudato Si – sobre o cuidado da casa comum*”, publicada em junho de 2015, seis meses antes da realização da Conferência da ONU sobre Mudança de Clima, aprofundou ideias esboçadas na exortação “*Evangelii Gaudium*” e tornou-se documento de reflexão sobre a crise ecológica e, principalmente, sua conexão com a pobreza e o subdesenvolvimento. Na encíclica, apoia-se o conceito de “ecologia integral”, que pressupõe a conexão entre todas as criaturas da Terra e articula as relações do homem com Deus, consigo mesmo, com os demais homens e a criação. Além disso, formula severa crítica ao estilo de vida da sociedade contemporânea, alicerçado no consumismo e na “cultura do descartê”, que resulta na exclusão e marginalização de grandes contingentes da população mundial.

Relações bilaterais da Santa Sé

Além da já aludida atenção aos países ditos “periféricos” e ao ecumenismo como estratégia para deter as perseguições às comunidades cristãs e garantir a liberdade religiosa, cabe fazer referência, ainda que sucintamente, às relações da Santa Sé com as seguintes regiões e estados:

a) Rússia: após duas audiências privadas concedidas pelo Papa ao presidente Vladimir Putin (a última delas em junho de 2015), é clara a disposição da Santa Sé em manter aberto o canal de diálogo com o Kremlin, não somente por considerar que a Rússia tem um papel fundamental no encaminhamento da crise na

Síria e no Iraque, mas também pelo interesse em seguir contando com seu apoio no diálogo com o patriarcado de Moscou.

b) Terra Santa: a defesa dos lugares sagrados do catolicismo, situados especialmente em Israel, Palestina e Jordânia, é tema crucial para a diplomacia vaticana. Em maio de 2014, o Papa Francisco realizou visita a Jerusalém e Amã, marcada pelo caráter de “peregrinação” religiosa e espiritual, mas também pela dimensão política de apoio aos refugiados e “discriminados por causa de sua fé em Cristo”. Em janeiro de 2016, entrou em vigor acordo entre o Vaticano e a Palestina, dois anos após a Santa Sé haver reconhecido a Palestina como Estado soberano. O acordo versa sobre as atividades da Igreja católica em territórios sob controle palestino, mas também reafirma o apoio da Santa Sé a uma solução pacífica e negociada para o conflito na região.

d) Ásia: além da consolidação de laços com Coreia do Sul, Sri Lanka e Filipinas (visitados em 2014 e 2015, respectivamente), a Igreja católica logrou obter um “modus operandi” satisfatório em território vietnamita e, ao que tudo indica, avança negociações com a China. Após o Papa Francisco ter sinalizado claramente seu desejo de aproximar-se da China, o diálogo, interrompido em 2009, foi retomado, e há notícias de que estão em curso negociações entre os dois Estados. A questão da ordenação de bispos pelo governo chinês tem sido o maior óbice à normalização das relações entre Pequim e a Santa Sé.

e) América Latina: a região é a única a contar com uma Conferência Episcopal (CELAM) da qual participam diversos bispos de cada país, e também a única a contar com um órgão específico na administração da Santa Sé, a Comissão Pontifícia para a América Latina, subordinada à Congregação dos Bispos.

A V CELAM, realizada em Aparecida (2007), contou com a participação do Papa Bento XVI. Na ocasião, o foco da atenção da Santa Sé parecia menos concentrado na esfera político-ideológica do que no terreno pastoral. Ainda assim, o documento emanado da V Conferência, cuja comissão de redação foi presidida pelo então cardeal Jorge Mario Bergoglio, não deixou de apresentar um diagnóstico dos problemas da região e de seus desafios: pobreza, desigualdade de renda, migração e suas repercussões familiares e religiosas, transformações culturais, secularização, efeitos sociais da globalização, violência, narcotráfico, consumismo e danos ambientais.

Com a eleição de Francisco, o eurocentrismo sedimentado por séculos de papados europeus deu lugar à priorização de outras regiões do mundo, com particular atenção para o continente de origem do pontífice. A primeira viagem oficial de seu papado teve como destino o Brasil (Jornada Mundial da Juventude,

em julho de 2013) e duas extensas viagens foram realizadas ao Equador, Bolívia e Paraguai (julho de 2015) e México (2016). Com relação ao México, importa ressaltar o fato de Francisco ter sido o primeiro pontífice recebido no Palácio Nacional, após longo caminho de reaproximação entre a Santa Sé e o Estado mexicano. Em cada um dos países visitados, o Pontífice atribuiu à injustiça social a proliferação do narcotráfico e da violência e exortou as autoridades a deixarem de lado seus projetos individuais em prol do bem comum.

Merece destaque ainda o papel do Vaticano como potencial mediador de conflitos regionais. Na esteira da bem-sucedida atuação no reatamento de relações diplomáticas entre Cuba e EUA – que poderia, segundo afirmado pelo Papa em encontro com o presidente Obama, abrir caminho para o lançamento de uma nova política de cooperação para a região –, cogitou-se a participação da Santa Sé nas negociações entre o governo da Colômbia e as FARC, assim como na promoção do diálogo entre governo e oposição na Venezuela. Sobre este último país, objeto de grande preocupação da diplomacia vaticana, cabe destacar a atuação conciliadora do Núncio Apostólico em Caracas, assim como os sinais emitidos pela Secretaria de Estado da Santa Sé de que estaria pronta a contribuir para o diálogo.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

60 DC	Fundação da Igreja de Roma pelo apóstolo Pedro.
64	Morte de São Pedro, considerado o primeiro Bispo de Roma.
313	Publicação do <i>Édito de Milão</i> pelo Imperador Constantino, por meio do qual se concede a liberdade religiosa aos cristãos.
380	O Imperador Teodósio I declara a Igreja Católica como a religião oficial do Império Romano.
756	O Bispo de Roma, já a esta altura chamado de <i>Papa</i> , recebe de Pepino, o Breve, Rei dos Francos, os territórios do antigo Exarcado de Ravena, até então sob poder dos lombardos. Os territórios são a gênese dos <i>Estados Papais</i> , que perdurarão como sede do poder temporal da Igreja até a Reunificação Italiana, em 1870.
1053-1484	Grande Cisma do Oriente leva à separação entre os ramos latino e ortodoxo da Igreja, fundada em diferenças teológicas e na aspiração do Bispo de Roma a exercer primado sobre todos os demais. O ramo ocidental da Igreja passa a reconhecer a primazia do Papa.
1309-1376	Após a eleição do francês Clemente V para o papado, sete Papas consecutivos estabelecem sua residência em Avignon, na França, sob crescente influência da Coroa francesa.
1378-	Grande Cisma do Ocidente: estabelecem-se duas linhas distintas e rivais

1415	de Papas — uma em Roma, uma em Avignon —, cada uma proclamando-se a única legítima. Toda a Europa se divide entre Estados que prestam lealdade ao Papa romano ou ao Antipapa de Avignon.
1517	Início da Reforma Protestante, com a publicação das <i>95 Teses</i> de Martinho Lutero.
1545-1563	Contrarreforma lançada pelo Concílio de Trento.
1860	Partes importantes dos Estados Papais (Umbria, Marche, parte da Emilia Romagna e o Lácio) são incorporadas ao novo Estado italiano.
1870-1871	Primeiro Conselho do Vaticano declara a infalibilidade papal em assuntos de fé e moral. Partida das tropas francesas que protegiam o Papa. Incorporação de Roma ao Reino da Itália.
1929	Tratado de Latrão, firmado por Benito Mussolini e o Papa Pio XI, restaura a jurisdição soberana do Papa sobre o Estado da Cidade do Vaticano. O catolicismo torna-se religião oficial de Estado do Reino da Itália.
1947	Nova Constituição italiana confirma a soberania do Vaticano.
1978	João Paulo II torna-se o primeiro Papa não-italiano em mais de 400 anos.
1985	Novo acordo entre a Itália e a Santa Sé pelo qual o catolicismo deixa de ser a religião de Estado na Itália.
2005	Morre João Paulo II, encerrando-se o terceiro pontificado mais longo da história (26 anos, 5 meses e 15 dias). Início do pontificado de Bento XVI.
2013	Renúncia de Bento XVI. Início do papado de Francisco, o primeiro Pontífice latino-americano.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1824	A primeira Constituição brasileira formaliza o regime do Padroado, segundo o qual o catolicismo torna-se a religião oficial do Império.
1826	Mons. Francisco Corrêa Vidigal, Plenipotenciário enviado por Dom Pedro I, apresenta cartas credenciais ao Papa Leão XII.
1862	Acordo sobre Missões Apostólicas entre os Indígenas, por troca de notas de 28 de outubro.
1872-1875	A “Questão religiosa”, envolvendo o poder de nomear bispos, abala o relacionamento entre a Igreja e o Império.
1891	A primeira Constituição republicana estabelece a separação entre Estado e Igreja e a liberdade religiosa.
1919	A representação brasileira junto à Santa Sé é elevada ao nível de Embaixada.
1934	Primeira visita de um Secretário de Estado Vaticano ao país, Cardeal Eugenio Pacelli, futuro Papa Pio XII.
1980	João Paulo II é o primeiro Papa a visitar o Brasil.
1985	Presidente eleito Tancredo Neves visita o Papa João Paulo II.
1986	Visita do Presidente José Sarney ao Papa João Paulo II.
1990	Visita do Presidente Fernando Collor ao Papa João Paulo II.

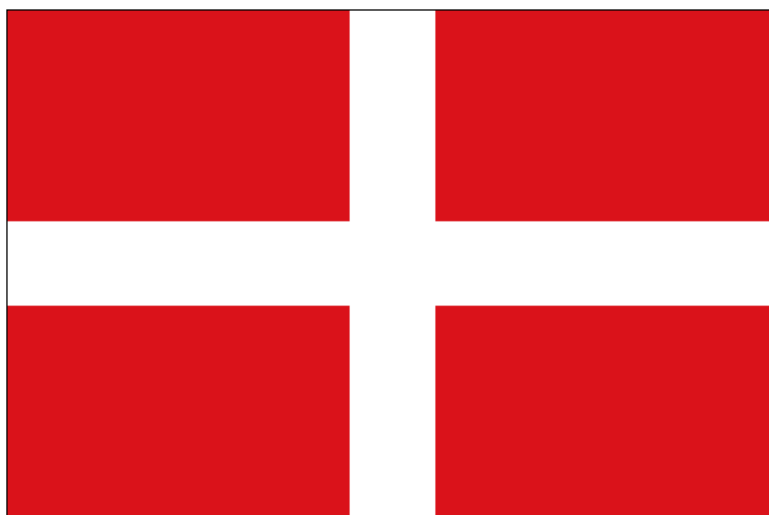
1991	Segunda viagem de João Paulo II ao Brasil.
1997	O Presidente Fernando Henrique Cardoso realiza a primeira Visita de Estado de Presidente brasileiro à Santa Sé.
1997	Terceira viagem de João Paulo II ao Brasil, no contexto do II Encontro Mundial com as Famílias, no Rio de Janeiro.
2005	Primeira visita do Presidente Inácio Lula da Silva ao Vaticano, para participar do funeral do Papa João Paulo II.
2007	O Papa Bento XVI visita o Brasil e abre os trabalhos da V Reunião da Conferência Episcopal Latino Americana.
2008	Segunda visita do Presidente Inácio Lula da Silva ao Vaticano. Assinatura do Acordo sobre o Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil (novembro).
2013	Primeira visita da Presidente Dilma Rousseff ao Vaticano, para participar da Missa Inaugural do Papa Francisco I (março)
2013	Primeira visita do Papa Francisco I ao Brasil, por ocasião da Jornada Mundial da Juventude no Rio de Janeiro (julho).
2014	Presidente Dilma Rousseff assiste, no Vaticano, ao Consistório de criação de novos cardeais, incluindo o brasileiro Dom Orani Tempesta (fevereiro)
2014	Visita do Vice-Presidente Michel Temer e do Presidente do Congresso Renan Calheiros a Roma para assistir à missa de canonização do Padre José de Anchieta, presidida pelo Papa Francisco (abril)

ATOS BILATERAIS

Título do Acordo	Data de celebração	Data de entrada em vigor	Data de promulgação
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé Relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil	13/11/2008	10/12/2009	12/02/2010
Acordo sobre Assistência Religiosa às Forças Armadas	23/10/1989	23/10/1989	22/11/1989
Acordo Administrativo para a Troca de Correspondência Diplomática em Malas Especiais.	02/10/1935	02/12/1935	10/01/1936

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ORDEM SOBERANA MILITAR E HOSPITALAR DE SÃO JOÃO DE JERUSALÉM, DE RODES E DE MALTA



APRESENTAÇÃO

A Ordem Soberana Militar e Hospitalar de São João de Jerusalém, de Rodes e de Malta é uma entidade internacional surgida à época das Cruzadas, com a qual o Brasil mantém relações diplomáticas plenas. A Ordem de Malta, apesar de

não possuir território (apenas dois edifícios em Roma), tem sua soberania reconhecida por mais de 100 países e mantém o privilégio de conceder passaportes.

PERFIS BIOGRÁFICOS



Grão-Mestre e Príncipe da Ordem de Malta Sua Alteza Eminentíssima, Frey Matthew Festing

Frey Matthew Festing nasceu em Northumberland, em 1949.

Estudou em Ampleforth e no Trinity College de Cambridge, onde se formou em história. Na infância, viveu em Malta e em Cingapura.

Em 1977, Frey Matthew passou a fazer parte da Ordem de Malta e recebeu votos solenes em 1991, passando a ser Cavaleiro da Ordem. No período entre 1993 e 2008, ocupou o cargo de Grão-Prior da Inglaterra. Nesta função, conduziu missões de assistência humanitária na Sérvia e na Croácia e, todos os anos, acompanha uma delegação da Grã-Bretanha ao Santuário de Nossa Senhora de Lourdes, na peregrinação anual da ordem.

Em fevereiro de 2008, com o falecimento de Frey Andrew Willoughby Ninian Bertie, acedeu ao posto de Grão-Mestre e Príncipe da Ordem de Malta.

RELAÇÕES BILATERAIS

Data de 6 de dezembro de 1951 o comunicado oficial divulgado simultaneamente no Rio de Janeiro e em Roma pelo qual o governo brasileiro reconhece “o estatuto internacional da Ordem Soberana e Militar de Malta”. As duas partes estabeleceram relações diplomáticas com a criação de uma Legação da Ordem de Malta no Rio de Janeiro e uma Legação do Brasil em Roma.

Em 1956, o Brasil designou seu primeiro representante diplomático junto à Ordem, na pessoa do ministro-conselheiro da Embaixada junto à Santa Sé, que foi acreditado como encarregado de negócios interino. Em 1959, foram equiparadas as representações, com o credenciamento do embaixador junto à Santa Sé como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário junto à Ordem de Malta. Em 1966, a Ordem manifestou o desejo de ver elevada a representação diplomática à categoria de embaixada, o que foi acolhido pelo governo brasileiro.

O grão-mestre visitou o Brasil em 1966, 1984 e 1990, ao passo que o chanceler brasileiro visitou a sede da Ordem, em Roma, em 1966. O programa oficial das visitas foi estritamente protocolar, aspecto que tem caracterizado as relações entre o Brasil e a Ordem.

Dos trabalhos realizados pela Ordem de Malta no Brasil, destaca-se o Centro Assistencial Cruz de Malta, localizado na periferia da cidade de São Paulo, que atende gratuitamente população necessitada. O Centro tem como missão “evitar a marginalização do indivíduo, seja por doença, falta de capacitação profissional ou qualquer tipo de discriminação” e atua em diversas áreas, como pediatria, nutrição, psicologia, vacinação, aulas de higiene e puericultura.

No Brasil, a Ordem de Malta está presente por meio de três associações, em São Paulo (fundada em 1956), Rio de Janeiro (1957) e Brasília (1984). Existe ainda o Conselho Nacional das Associações Brasileiras da Ordem Soberana e Militar de Malta, fundado em 2004 e localizado em Brasília.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais a tomador soberano em benefício da Ordem Soberana e Militar de Malta.

POLÍTICA INTERNA

A Ordem Soberana de Malta, cujo nome completo é Ordem Soberana Militar Hospitalar de São João de Jerusalém, de Rodes e de Malta, foi estabelecida em meados do século XI como uma comunidade monástica dedicada a São João Batista, com a finalidade de administrar um hospital para assistência aos peregrinos na Jerusalém ainda sob o domínio dos califas do Egito. Com a conquista de Jerusalém na primeira Cruzada, a Ordem assumiu também funções militares de defesa dos doentes e peregrinos, passando desde então a exercer, crescentemente, o papel de bastião da cristandade no Mediterrâneo Oriental. Em 1530, o imperador Carlos V cedeu à Ordem, como domínios soberanos, as ilhas de Malta, Gozo e Comino. No século XVII, o grão-mestre da Ordem passou a ostentar o título de

príncipe do Santo Império Romano, dignidade equivalente à de cardeal da Igreja Católica. Depois de ter sido expulsa de Malta por Napoleão Bonaparte, a Ordem teve sedes temporárias até fixar-se em Roma, em 1834. Em 1879, o papa Leão XIII restabeleceu a dignidade de Grão-Mestre e as honras cardinalícias que a acompanham.

Segundo sua constituição atual, a Ordem Soberana Militar de Malta tem caráter religioso, leigo, militar, cavaleiresco e tradicionalmente nobiliárquico. É composta por cerca de 12 mil membros de 130 países e suas atividades são coordenadas por seis Grandes Priorados, três Subpriorados e 47 Associações Nacionais presentes nos cinco continentes. Seu órgão decisório é o Conselho Soberano, presidido pelo grão-mestre da Ordem, eleito para ocupar o cargo vitalício como príncipe e religioso superior. O Conselho é integrado ainda pelo grão-comandante, pelo grão-chanceler, pelo grão-hospitalário, pelo tesoureiro e por outros seis membros, todos eleitos para um mandato de cinco anos. Somente católicos podem participar da Ordem.

O atual grão-mestre e príncipe da Ordem de Malta é Sua Alteza Eminentíssima, o príncipe e grão-mestre Fra Matthew Festing, eleito em 11 de março de 2008.

Na década de 1950, a Ordem de Malta solicitou ao Papa a criação de um tribunal cardinalício com o objetivo de determinar a natureza de seus atributos de ordem soberana e de ordem religiosa. O acórdão, proferido em 1953, estabeleceu que a qualidade soberana da Ordem, reconhecida pela Santa Sé, consiste no gozo de certas prerrogativas inerentes à própria Ordem como sujeito de direito internacional. No tocante à qualidade religiosa, afirmou que a Ordem ficaria subordinada à Santa Sé.

A Ordem enfrenta atualmente o problema do uso indevido de seu nome por “falsas” ordens, muitas vezes com objetivos fraudulentos. Existem, não obstante, duas outras ordens “autênticas”, continuadoras da ordem do hospital que não se pretendem soberanas e com as quais a Ordem de Malta mantém amistosa colaboração: a Venerabilíssima Ordem do Hospital de São João de Jerusalém, com sede na Inglaterra, e a Ordem de São João (“Johanniterorder”), na Alemanha.

POLÍTICA EXTERNA

O caráter distintivo da atuação da Ordem Soberana de Malta é a dedicação a obras humanitárias, sempre presente em sua história secular. A Ordem considera as relações diplomáticas como um meio para facilitar o exercício de suas atividades humanitárias.

No campo político, seu objetivo primordial é o de obter cada vez maior reconhecimento internacional, razão pela qual procura, sempre que possível, conduzir suas atividades assistenciais por via oficial.

A responsabilidade pela condução da diplomacia da Ordem compete ao secretário para assuntos estrangeiros, a autoridade que interage com os chefes de missões diplomáticas acreditadas junto à Ordem e responde diretamente ao grão-mestre, embora sob a supervisão do grão-chanceler.

As representações da Ordem junto aos governos dos Estados são de dois tipos: representações diplomáticas e representações e delegações sem caráter diplomático. Algumas embaixadas da Ordem exercem diretamente atividades assistenciais nos países onde estão situadas.

Após a II Guerra Mundial, a Ordem iniciou esforço sistemático para obter reconhecimento, inicialmente dirigido à América Latina e, em seguida, à África e à Ásia. Para o êxito dessa iniciativa, contou com algumas condições favoráveis, como a religião comum nos países latino-americanos e o desejo dos países africanos de também afirmarem sua personalidade internacional.

A Ordem mantém relações diplomáticas com 106 estados e missões permanentes em diversos organismos multilaterais, entre os quais a União Europeia, ONU e diversas de suas agências. Mais de trinta países mantêm embaixadores residentes junto à Ordem de Malta em Roma.

As atividades diplomáticas da Ordem de Malta são vinculadas a sua missão humanitária e, dessa forma, a presença de suas missões diplomáticas serve para apoiar suas atividades. As raras abordagens de temas com conotação política normalmente refletem as colocações mais genéricas do Papa sobre a paz. Em sua última mensagem ao corpo diplomático, em janeiro de 2016, o grão-mestre Fra Matthew Festing salientou as peculiaridades dos conflitos da época atual, que qualificou de “assimétricos”, conduzidos muitas vezes por “grupos que rejeitam as convenções humanitárias codificadas pelos Estados”. Ressaltou a importância de se reforçar os princípios humanitários das Convenções de Genebra e afirmou que a União Europeia deve trabalhar em uníssono para pôr em prática medidas capazes de gerenciar a crise humanitária.

Na ocasião, o grão-mestre fez referência ao auxílio prestado pela Ordem de Malta às vítimas dos atentados em Paris, no Mali e na Califórnia, bem como à ajuda constante que a “Malteser International”, agência de assistência humanitária da Ordem, vem dando aos refugiados no Iraque, no Irã, na Turquia, na ilha de Lampedusa e no Mar Egeu. No âmbito da ocorrência de catástrofes e epidemias, a Ordem de Malta tem estado presente em várias partes do mundo. Na África, notadamente no Quênia, Sudão do Sul, Costa do Marfim, foram desenvolvidos

projetos médicos na luta contra o ebola, a tuberculose e a AIDS. Na Ásia, são assistidos pobres e enfermos, especialmente vítimas de hanseníase, sendo desenvolvida terapia para o seu tratamento no Camboja, Laos e Vietnã. Além disso, em 21 países das Américas Central e do Sul são mantidas casas de repouso, centros médicos e instituições para crianças em situação de rua, além de hospitais para mães e filhos portadores de HIV. Em Cuba, são distribuídas aos necessitados cerca de 750 mil refeições por ano, e no Peru são fornecidos medicamentos e tratamentos à população indígena das zonas rurais.

A Organização das Nações Unidas admitiu a Ordem de Malta em agosto de 1994 com o status de observador permanente, em reconhecimento por suas atividades humanitárias. No âmbito das Nações Unidas e suas agências especializadas, a Ordem de Malta mantém as missões permanentes em Nova York, Genebra e Viena. A Ordem conta ainda com delegações ou representações nos seguintes organismos internacionais: Conselho da Europa, Comitê Internacional para as Migrações, Organização dos Estados Americanos, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Instituto Internacional de Direito Humanitário, Instituto Internacional para Unificação do Direito Privado, União Latina, União Africana, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Comitê Internacional da Cruz Vermelha, Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração do Patrimônio Cultural, Organização Internacional para a Migração, Organização Internacional da Francofonia, Comissão Preparatória para a Proibição de Testes Nucleares e Comitê Internacional de Medicina Militar.

ECONOMIA

A Ordem Soberana de Malta mantém-se e conduz suas obras com recursos provenientes das seguintes fontes: doações voluntárias de seus membros; renda dos bens da instituição; coletas organizadas por seus membros; “direito de passagem” (ou seja, cota de admissão); e cotas anuais pagas por seus membros.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

Séc. XI	Criada como comunidade monástica dedicada a São João de Jerusalém, com a finalidade de administrar um hospital para assistência aos peregrinos
1310	Adquire soberania territorial sobre a Ilha de Rodes.
1523	Perdem os territórios para os turcos.
1530	O Imperador Carlos V cedeu-lhes, como domínios soberanos, as ilhas de Malta, Gozo e Comino, bem como Trípoli, na África do Norte.
1798	Napoleão ocupa a ilha de Malta.
1834	Restabelece-se em Roma.

1879	O Papa Leão XIII restabeleceu a dignidade de Grão-Mestre e as honras cardinalícias que a acompanham
-------------	---

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1951	Estabelecimento de relações diplomáticas.
1966	Visita ao Brasil do Grão-Mestre da Ordem de Malta.
1966	Visita à sede da Ordem de Malta do Ministro das Relações Exteriores do Brasil.
1984	Visita ao Brasil do Grão-Mestre da Ordem de Malta.
1990	Visita ao Brasil do Grão-Mestre da Ordem de Malta.